

ENTREVISTA



MULHERES NEGRAS, ATIVISMO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: UMA CONVERSA COM MICHELE LOPES DA SILVA

Por Eliane Cavalleiro¹

A entrevistada desta edição é Michele Lopes da Silva, autora da dissertação *Mulheres Negras em Movimento(s): trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte – MG*. A conversa gira em torno do resultado da pesquisa realizada no período de 2005 a 2007, no Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O estudo contou com a orientação da professora Nilma Lino e da coorientação da professora Antônia Aranha. O trabalho abordou as trajetórias de vida e política de seis mulheres negras residentes na cidade de Belo Horizonte, militantes nos Movimentos Negro, Feminista e de Mulheres Negras.

ABPN – Michele, quais foram os objetivos da sua pesquisa?

Michele Lopes da Silva – Os principais objetivos da investigação foram: compreender as trajetórias de vida de mulheres negras, militantes em organizações políticas em prol da superação das desigualdades racial e de gênero; e analisar os sentidos e significados de “ser mulher negra” construídos nesse processo. Busquei entender como essas mulheres se viam como negras no contexto de suas trajetórias e a relação desse processo com a construção afirmativa da identidade negra de cada uma. Foram analisados os fatores que pudessem ser apontados como determinantes para a tomada de consciência do recorte racial e de gênero nas trajetórias pessoal e política dessas mulheres, bem como os processos educativos – formadores – e os saberes sobre a raça e o gênero neles construídos. Tais saberes foram compreendidos como pedagogias de raça e gênero, aprendidas, formuladas e desenvolvidas nos contextos sociais e políticos pelos quais passaram.

¹ Eliane Cavalleiro é presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN).

ABPN – Qual a metodologia utilizada?

Michele Lopes da Silva – A História de Vida foi a metodologia mais adequada aos propósitos da investigação, pelo fato de implicar a produção de conhecimento a partir do discurso do sujeito sobre uma situação concreta de sua vida. Outros procedimentos metodológicos também foram necessários para complementar a pesquisa, como a entrevista semiestruturada, a observação em campo e a análise de documentos. Os resultados da pesquisa, realizada nos anos de 2005 e 2006, apontaram limites, ambiguidades e possibilidades de “ser mulher negra e militante”, no contexto dos Movimentos Sociais de caráter identitário, em Belo Horizonte. Constatei, ainda, a singularidade de suas vivências e trajetórias pessoais como elementos que influenciaram e influenciam suas atuações política e militante. Em processos de tensões, ambiguidades, avanços e lutas, as mulheres negras entrevistadas assumiram um importante papel político ao contribuir com singularidade para a articulação entre a raça e o gênero no interior dos Movimentos Sociais nos quais atuaram – e ainda atuam – e para as próprias práticas profissionais. Um dos maiores desafios vividos por essas e outras mulheres negras militantes foi o trato político e pessoal da diferença entre os diferentes, no interior dos Movimentos Sociais de caráter identitário. Pois foi nesse processo complexo que elas construíram e reconstruíram pedagogias de raça e gênero ressignificadas em prol de mudanças da sociedade brasileira como um todo.

ABPN – Qual foi o percurso metodológico da sua pesquisa?

Michele Lopes da Silva – A pesquisa iniciou-se quando tive contato com *sites* dos Movimentos de Mulheres Negras ao final do trabalho de graduação “A sexualidade das mulheres negras: revisão bibliográfica”. A cada navegação acontecia uma interlocução que me instigava a compreender se havia algum elo e propósito educativo entre as ações das mulheres negras, participantes dos Movimentos de Mulheres e a autodeclaração de mulher e negra, mencionadas sempre com ênfase. Assim, eu e minha orientadora, Nilma Lino, buscamos as mulheres com base nas informações dos sites sobre as organizações de mulheres negras e mulheres militantes e em estudos e teses, tanto sobre o Movimento Negro quanto sobre o Movimento de Mulheres Negras. Faz-se necessário ressaltar também que os conhecimentos e as informações da orientadora, advindos de seus trabalhos acadêmicos e suas experiências pessoais e profissionais foram também substanciais para a localização e o contato com as entrevistadas. Selecionamos as mulheres negras militantes a partir de alguns critérios. O primeiro foi a autodeclaração das entrevistadas como mulheres negras em suas relações travadas nos espaços socioculturais e políticos. O segundo critério foi a identificação de alguma atuação dessas mulheres no Movimento de Mulheres Negras. O terceiro e último foi a percepção de militantes, ativas e ativos ou não, que as vêem e as apontam como referências em diversas organizações, pela militância nas causas racial e de gênero. Em decorrência desses critérios foram selecionados nove nomes mais recorrentes no conjunto das indicações. Após rápida entrevista, foi possível mapear as suas trajetórias de vida e de militância. As atuações, experiências e aprendizados das



entrevistadas ocorreram, segundo seus relatos, em organizações de mulheres negras e algumas também atuaram em setores feministas. Mas todas atuaram em organizações do Movimento Negro e no Partido dos Trabalhadores. Entretanto, paulatinamente ao investigar os Movimentos de Mulheres Negras, descobri também as mudanças que esses movimentos fizeram na vida das mulheres e a reciprocidade de transformações também ocasionadas por elas às suas organizações.

ABPN – Qual o perfil geral das mulheres que participaram de seu estudo?

Michele Lopes da Silva – Ressalto, antes de tudo, que foram mulheres destacadas pelos Movimentos Sociais (Negro, Mulheres e Mulheres Negras) por conta de suas participações, atuações, contribuições, lutas e trajetórias. Foram mulheres reconhecidas para além da autodeclaração de mulheres e negras, pois junto com as organizações ou ora individualmente desenvolviam ações voltadas para as causas de raça e gênero. Mulheres com perfis variados, mas com causas em comum. Assim, a escolha das seis mulheres negras entrevistadas teve como aspecto principal um conjunto de características comuns que configuram um perfil de militância. Esse expressa, além de ações próprias de uma militância política, atuações específicas voltadas para as perspectivas da raça e do gênero. Foram mulheres da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, de três regiões específicas: Nordeste, Oeste e Leste. Cinco entrevistadas nasceram na capital mineira, somente uma no interior. Elas nasceram entre os anos de 1953 a 1975, contemplando três décadas e três gerações. Duas entrevistadas nasceram na década de 1950 (1953 e 1957) – era Vargas e auge do governo de Juscelino Kubitschek. Na época estavam com 54 anos e 50 anos. A segunda geração nasceu no período do início do golpe militar (duas em 1962 e uma em 1965), vivenciando todo esse período histórico brasileiro na infância, sem muito bem compreender o que o país vivia. Duas estavam com 45 anos no período da entrevista e a outra com 42 anos. Já quanto à última geração, a mais nova entrevistada que na época tinha 32 anos, nasceu em 1975, fase em que a ditadura entra em crise e o processo democrático brasileiro começa a surgir lentamente. São gerações que vivenciaram os Movimentos Sociais em fases também diferenciadas, como: contestatória, reivindicativa e propositiva. Em relação ao estado civil, quatro eram casadas, uma era viúva e estava solteira na ocasião. E somente uma era solteira. Já quanto à escolaridade, quatro possuíam curso superior na área da educação (História, Letras e Pedagogia), sendo uma delas com pós-graduação na mesma área – mestrado. Já as outras concluíram o Ensino Médio. Uma dessas duas, atualmente, está quase concluindo o curso superior em Psicologia. Vale ressaltar que todas as mulheres negras entrevistadas contavam com pelo menos mais um integrante da família com curso superior. Sobre a profissão, quatro trabalhavam na rede pública; duas como professoras municipais e exerciam outras profissões; uma delas era pequena empresária; e a outra consultora do Ministério da Educação. Já as outras duas eram coordenadoras de órgãos públicos da cidade. As demais, uma era consultora da Secretaria Pública de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e a outra educadora social e cantora.



ABPN – Quais são as dimensões significativas da sua pesquisa?

Michele Lopes da Silva – O estudo das desigualdades no Brasil necessita de análises que contemplem as interligações e superem visões fragmentadas. Não foi uma tarefa fácil, mas, sem dúvida, foi desafiadora. As mulheres negras foram e são sujeitos sociais que, talvez, mais nos instiguem a aceitar tal desafio, pois são atingidas duplamente: por serem mulheres e por serem negras. Essas duas características explicitam duas dimensões significativas e fundamentais do ponto de vista analítico para minha pesquisa: a dimensão do gênero e a dimensão da raça. Acerca desse último ponto, considere que tanto o conceito de raça quanto o de gênero, bases de minha pesquisa, eram conceitos advindos das relações sociais construídas concomitantemente e em um determinado contexto histórico, desconsiderando qualquer visão biológica ou de hierarquização social. Além disso, nas relações sociais, as mulheres negras ainda enfrentavam (e ainda enfrentam) violências decorrentes do mito e dos estereótipos sexuais atribuídos a seus corpos. Esses estereótipos, muitas vezes, são veiculados por propagandas que fazem perpetuar imagens negativas no imaginário social. As propagandas sexualizadas, que expõem as mulheres negras, podem não apenas torná-las alvo da violência sexual, como também podem contribuir para a tendência – já demonstrada – de duvidar da honestidade das que procuram pela proteção de autoridades. Diante disso, era evidente a necessidade de haver uma articulação entre as categorias de gênero e raça, nos planos teórico e político, para que as mulheres negras pudessem ser nomeadas, visualizadas e visibilizadas. Essa articulação trouxe para o campo da pesquisa e para as práticas políticas o desafio da interseccionalidade no tratamento das desigualdades de raça e gênero ao considerar o entrecruzamento entre ambas. Ao tratar das políticas que visavam à garantia de direitos humanos articulados ao gênero, foi necessário reconhecer a importância das discriminações de raça e de gênero conjuntamente, pois foram sobre esses dois eixos que as desigualdades se estruturam. As mulheres negras, sobretudo a partir dos anos 1980, ao reconhecerem o lugar em que se encontravam – e onde a maioria ainda se encontra – no seio das desigualdades sociorraciais, lançaram alguns questionamentos tanto ao Movimento Negro quanto ao Movimento Feminista sobre a invisibilidade e/ou o silenciamento de suas especificidades, indagando: por que discutir mulheres em geral sem destacar o fator raça? Por que discutir o racismo sem considerar o fator gênero? Por que a intersecção ou articulação de raça e gênero não estaria presente nas bandeiras de luta, nas discussões e nas proposições que ambos os movimentos buscavam e buscam conquistar por meio de suas lutas e agendas? Nesse sentido, as respostas advindas das dimensões de raça e gênero tornaram-se pertinentes como categorias de análise, em minha pesquisa, na perspectiva da interseccionalidade, quando se buscavam investigar, num patamar de diversidade, as aproximações e as particularidades existentes entre as mulheres negras e brancas, no contexto das desigualdades e no jogo das relações de poder.

**ABPN – Ao final do seu estudo, como você compreendeu a trajetória social e política das mulheres pesquisadas?**

Michele Lopes da Silva – As trajetórias de vida das mulheres entrevistadas me revelaram que, desde a infância, elas passaram por processos educativos conflituosos quanto à questão racial. Enquanto as famílias procuravam educá-las sobre a dimensão racial por meio da socialização de suas vivências e de seus discursos, a escola e o trabalho proporcionavam outro tipo de educação para a diversidade étnico-racial, lamentavelmente, marcada pela negação. Nesses espaços, todas as entrevistadas souberam o que era o racismo que suas famílias tanto lhes falavam. Assim, elas nos revelam quais eram os significados de mulher negra antes de ingressarem na militância e alguns indícios de mudança. As falas, além de me fornecerem elementos acerca de suas experiências e vivências raciais, também me forneceram indícios de como a educação de gênero esteve presente na relação familiar, principalmente se referindo à construção de papéis femininos e masculinos. Entretanto, as entrevistadas, ao ingressarem nos Movimentos Sociais, sobretudo no Movimento de Mulheres Negras, depararam com uma proposta de novos horizontes. Embutidos nessa proposta estavam discursos, práticas e relações que giravam em torno da conscientização crítico-social e de novas possibilidades de recriação, fazendo com que as entrevistadas pudessem, de maneira crítica e reflexiva, ter acesso a diferentes leituras raciais, de gênero e do mundo onde se encontravam. Desse modo foi possível precisar, a partir do contexto histórico e de suas trajetórias, como as mulheres negras se constituíram – e continuam a se constituir – como mulheres e negras e como constituíram as organizações das quais fizeram e/ou fazem parte. Não houve como negar a inter-relação entre a constituição delas como sujeitos singulares e a construção dos Movimentos Sociais.

ABPN – Como se dá a articulação entre mulheres negras e as organizações sociais?

Michele Lopes da Silva – Nos contextos nacional e internacional, embora nem sempre com grande visibilidade, negros e negras em movimento contestaram tal situação de opressão e o uso ideológico do princípio de igualdade. Isso ao atuarem estrategicamente em duas direções: no resgate da humanidade roubada pela escravidão e pelos processos de dominação pós-abolição no Brasil, na América Latina e na África; e no aprofundamento do realce da diferença, demarcando a existência das diferenças sociais, políticas, históricas, culturais e étnico-raciais, que os distinguiam dos demais grupos sociais. Diferenças essas transformadas e tratadas como desigualdade nos contextos de colonização e dominação político-cultural. Na verdade, as mulheres negras, ao demarcarem um posicionamento de gênero no Movimento Negro, revelaram aos seus companheiros a existência da reprodução do machismo. Revelaram que, mesmo sendo companheiras de luta no combate ao racismo, os homens negros não reconheciam a reciprocidade no combate às subordinações de gênero. Elas problematizaram o discurso de que o racismo atingia da mesma forma os homens e as mulheres negras. Por isso, as mulheres negras, além do racismo, enfrentaram o machismo, muitas vezes praticado pelos próprios militantes do Movimento Negro. Elas organizaram lutas contra a opressão de raça e gênero e trouxeram novos conceitos e abordagens feministas para ações antirracistas. No interior desse movimento, as mulheres negras fomentaram discussões importantes e específicas,



como exploração sexual, social e econômica, e ainda esterilização das mulheres negras como forma de extermínio da população negra. Essas discussões também foram feitas com o Movimento Feminista, não sem tensões e contradições, com o recorte de raça articulado ao de gênero. Com o tempo, as mulheres negras foram percebendo que suas realidades eram muito distintas das de outras mulheres do Movimento Feminista. A maioria das militantes desse último era branca e com condições socioeconômicas bem acima da média das mulheres negras. Além disso, as mulheres brancas, por mais que tivessem vivido situações semelhantes de discriminação, subordinação e exploração machista e sexista, não as vivenciavam, concomitantemente, com as opressões de raça. Com base nessa compreensão, as mulheres negras militantes passaram a ter embates com o Movimento Feminista, questionando seus ideais e suas reivindicações, à medida que o movimento buscava inserir as mulheres como um todo. A tensão era causada pelo fato de a luta pela libertação da mulher e pela igualdade de gênero desconsiderar a especificidade da articulação entre gênero e raça. As mulheres negras, mesmo atuando ativamente como integrantes do Movimento Feminista, viam-se ausentes no atendimento de sua particularidade étnico-racial, nas discussões e nas tomadas de decisões. Não havia, portanto, uma solidariedade intragênero como as próprias feministas propunham em seus discursos contra as discriminações. Desse modo, as mulheres negras passaram a questionar as bandeiras de luta que as feministas levantavam como as das mulheres em geral. A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentarem, no interior do próprio Movimento Feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O marco da história de vida das mulheres negras mostra que a sua atuação foi e tem sido relevante não só para o Movimento Negro e o Movimento Feminista, mas, sobretudo, para a própria construção como sujeitos coletivos. Sujeitos que buscam direitos e melhores condições de vida para os seus “iguais”, assim como para os “diferentes”. As entrevistadas, mais do que se conscientizar e se afirmar como mulheres negras, sabem da importância de suas responsabilidades em combater o racismo, em lutar e conquistar políticas públicas de resgate da dignidade humana da população negra. É o que elas relataram ao registrar o que significa ser mulher negra, após atuarem nos Movimentos Sociais, sobretudo no de Mulheres Negras.

ABPN – A atuação dessas mulheres em suas respectivas organizações contribuiu para a demarcação da articulação de raça e gênero nesses movimentos?

Michele Lopes da Silva – A partir da década de 1960, num contexto em que nem o mundo socialista e nem o mundo capitalista tinham em suas contendas a pauta da raça e do gênero, entraram em cena o Movimento Negro e o Movimento Feminista. No Brasil, a luta desses dois movimentos culminou, entre outros avanços, com a conquista da igualdade das mulheres perante os homens e a denúncia do racismo. E, mais tarde, com a inclusão deste último como crime inafiançável na legislação brasileira. Esses movimentos ficaram conhecidos, segundo Maria Gohn, como Movimentos Sociais de caráter identitário – Movimentos Identitários. A partir de então, no Brasil, uma concepção mais alargada e mais problematizadora de igualdade associada à luta pelo direito à diferença começou a invadir a cena pública, a arena política e a esfera jurídica. Apesar de essa concepção já

fazer parte da luta do Movimento Feminista e do próprio Movimento Negro em outros países do mundo, ela ganha maior visibilidade na sociedade brasileira atual com a demanda de ações afirmativas para o segmento negro – principalmente com o debate sobre as cotas nas Universidades. O Movimento de Mulheres Negras cumpre um importante papel social e político nesse processo de reeducação da sociedade em relação à raça e ao gênero. A constituição desse movimento tornou-se possível quando suas integrantes perceberam que suas vivências, experiências cotidianas, trajetórias e histórias não estavam presentes nas avaliações e bandeiras de luta do Movimento Negro e nem do Movimento Feminista. O Movimento Negro desconsiderava o machismo como peça na engrenagem da dominação capitalista. O Movimento Feminista, por sua vez, ignorava a existência do racismo. Por esse motivo, as mulheres negras perceberam que, mesmo estando presentes nas lutas sociais havia uma ausência da percepção de gênero nas discussões, reflexões e proposições de superação do racismo, bem como uma ausência da raça na luta pela igualdade de gênero. Diante disso, essas mulheres, como sujeitos coletivos, passaram a demarcar suas diferenças entre os iguais e os diferentes. O processo de intersecção entre raça e gênero como movimento, uma vez que, nas trajetórias das entrevistadas, o reconhecimento de sua condição de gênero implicou a revisão de sua atuação em ambos os Movimentos, culminou num processo de formação e de recriação da representação dos papéis até então desempenhados pelas mulheres negras. A partir de suas militâncias, as entrevistadas se afirmaram e se empoderaram em diversos espaços sociopolíticos. Destaquei que as trajetórias individuais das mulheres negras entrevistadas se fazem e se fizeram no interior da sociedade e das lutas sociais, envolvidas como sujeitos coletivos. Seus avanços e limites, apesar da especificidade das trajetórias pessoais, não foram construídos no isolamento, mas nas relações sociais. Influenciaram e influenciam outras mulheres, muitas delas anônimas, mas que têm grande contribuição na caminhada e no repensar dos Movimentos Sociais, principalmente, os de caráter identitário. Essa demarcação foi entendida, na pesquisa, como o desabrochar de novas rosas negra (mulheres negras no cenário político de lutas). Segundo Shuma Shumaher e Érico Brasil, as primeiras rosas negras compunham a Frente Negra do Brasil de 1930, e eram mulheres que, além de dar suporte financeiro, eram as grandes responsáveis pela mobilização da entidade. Eram mulheres negras à frente das lutas e organizações. Assim também são as mulheres negras militantes do Movimento de Mulheres Negras. São rosas negras que no contexto dos Movimentos Sociais fizeram e fazem a diferença.

ABPN – Em seu estudo, você teoriza sobre pedagogias paralelas e alternativas à estrutura oficial de Educação. O que vem a ser isso?

Michele Lopes da Silva – A relação que o sujeito estabelece com o saber, num processo pedagógico, lhe possibilita adquirir conhecimentos para além dos meros conteúdos formais. É um conhecimento resultante de suas experiências pessoais, providas de qualidades afetivo-cognitivas. Por isso, é um conhecimento sob a primazia da subjetividade. O saber é produzido conforme suas relações internas e na relação que o sujeito estabelece com as demais pessoas, seja de forma harmoniosa ou confrontante. Não há saber sem interação com os outros, que os



partilham, controlam, validam e co-constroem. Portanto, o saber – o conhecimento – é resultado de uma interação na qual se torna possível o sujeito conhecer o mundo e as pessoas. No processo da militância, as mulheres negras entrevistadas buscaram e buscaram dar outros significados e sentidos a si mesmas como sujeitos étnico-raciais. Elas se reconstróem se autoafirmando mulheres negras que não correspondem aos estereótipos e imagens deterioradas, construídas como legado histórico da colonização e da exploração negra. Elas se reconstróem para que suas relações com o povo negro, com as mulheres e com os homens brancos possam também ser reconstruídas. Muitas vezes, os próprios Movimentos Sociais, como espaços propulsores desses saberes, acabam hierarquizando uns em detrimento de outros e incorrem no desperdício da experiência, como nos alerta Boaventura Santos. Nesse processo, inúmeros conflitos surgem. Quem sabe, inspirada no autor citado, uma forma de resgatar e não desperdiçar esses saberes individuais e coletivos seja a construção de um procedimento teórico e político que consiga compreender tais ausências, destacando as emergências oriundas das práticas sociais e políticas dos movimentos sociais. Uma “sociologia das ausências e das emergências”. A pesquisa em questão nos leva acrescentar as práticas sociais e políticas construídas pelos sujeitos singulares que compõem e constroem os Movimentos Sociais. As mudanças provocadas pelos Movimentos Sociais só foram possíveis porque houve a liderança dos sujeitos singulares junto com as intervenções coletivas que transformaram outros indivíduos em sujeitos protagonistas. Nesse cenário, as mulheres entrevistadas, por meio de seus familiares como tios, avós, pai e mãe, por meio da inserção em grupos da Igreja Católica, grupos juvenis, grupos político-partidários e diversas formas de expressão dos Movimentos Sociais, aprenderam a serem protagonistas de suas próprias histórias. Nessa perspectiva, pode-se dizer que, para além da intenção política das diferentes entidades dos Movimentos Sociais das quais as entrevistadas participaram – e participam –, essas mulheres negras constroem diversas pedagogias como sujeitos singulares. Elas re-significam o ser mulher negra e, conseqüentemente, constroem pedagogias de raça e gênero. Mas não é qualquer pedagogia. São pedagogias de raça e gênero ressignificadas – saberes construídos de suas relações sociopolíticas, vivências e trajetórias. Essas podem ser melhores compreendidas se adotarmos uma perspectiva mais ampla de educação, vista como processo de formação humana que vai muito além do âmbito escolar.

ABPN – Você pensa em dar continuidade a esta pesquisa?

Michele Lopes da Silva – A pesquisa suscitou vários pontos que necessitam de mais investigação como: uma análise mais profunda sobre as ações coletivas como pedagogias de raça e gênero; a relação com as diversas orientações sexuais no interior das organizações coletivas; as relações atuais entre movimentos sociais e Estado; o impacto da Lei n. 10.639 nas escolas e na vida social... Enfim, são muitos temas de pesquisa seja de mestrado (para que novas pesquisadoras ou pesquisadores possam pesquisar) ou de doutorado. Mas o que me atraiu e atrai é investigar os novos elementos, apontamentos, questionamentos e lacunas acerca de suas relações com seus parceiros, companheiros sejam homens negros ou homens brancos. As entrevistadas deixaram transparecer que essas relações necessitam de melhor compreensão e reflexão tanto na dimensão privada quanto pública.

O que podemos extrair dessas relações que nos levem a repensar a educação de homens e mulheres sejam negras ou brancas? A resposta é algo que me motiva vislumbrar continuidade da pesquisa num tempo bem próximo e diferente da época que pesquisei.
